

Brasil digital

As tecnologias da informação terão destaque especial nas eleições deste ano.

Não se tratará apenas de mais uma mostra de eficiência das urnas e de todo o sistema eletrônico de votação e apuração, que se tornou referência mundial ao abranger virtualmente todo o território nacional, com, hoje, quase 120 milhões de eleitores, bem como pelos resultados oficiais divulgados em poucas horas, com segurança tecnológica e a confiança da sociedade.

As tecnologias da informação deverão ter destaque especial nestas eleições simplesmente porque não dá mais para adiarmos uma ampla discussão sobre qual deve ser o nosso projeto de País para a Era Digital. O Brasil precisa de uma política nacional sobre as tecnologias da informação e os negócios eletrônicos como plano integrado de desenvolvimento interno e mecânica de integração com a aldeia e o mercado globais.

Essencial que esse debate entre, de fato, na agenda política das principais lideranças nacionais, inclusive pelas muitas estratégicas e bilionárias questões e decisões sobre tecnologias e padrões tecnológicos que deverão ser tomadas por nossos governos nos próximos anos, e sistematicamente daqui para frente.

Padrão japonês, europeu ou americano, VoIP, computadores populares, modelo comercial de software, segurança e certificação digital, inclusão digital, banda larga, unbundling, propriedade intelectual, privacidade, investimentos públicos, convergência, outsourcing, bio- e nanotecnologias, modificação genética de alimentos, exportação ou importação... são tantas as questões, que é impossível continuarmos construindo o futuro do

País sem estratégias claras e um plano de ação ambicioso que reposicione o Brasil para os desafios da Sociedade do Conhecimento.

No mundo há vários exemplos de programas muito bem-sucedidos, como o e-Korea, e-Ireland, e-Singapore, e-Mexico e e-Chile, entre tantos outros. Por aqui, o "Livro Verde da Sociedade da Informação", elaborado por Tadao Takahashi e equipe, no governo FHC, e o Movimento e-Brasil, liderado pela Camara-e.net, em 2002, foram os dois mais recentes exercícios de pensar e planejar políticas tecnológicas integradas, que nunca chegaram ao status de programa de governo, como os acima mencionados.

Está na hora de criarmos e executarmos o nosso, reunindo e combinando tudo de muito bom que já está sendo realizado, bem como planejando e estabelecendo critérios e metas para o futuro, valendo-nos, inclusive, do acervo de erros e acertos de outras "e-políticas" já formuladas e colocadas em prática pelo mundo afora.

Proponho chamarmos esse processo, propositivo e estruturante, de Brasil Digital, ou D-Brasil, tendo como principal objetivo destacar na agenda política das próximas eleições e nas gestões dos que forem eleitos, que a economia digital é a base para o desenvolvimento sustentável de qualquer nação no século 21.

Até porque o tema tecnologia é inexplorado e pode conquistar muitos votos de milhões de brasileiros impactados de perto por TV, rádio, celular, música, telefone, pager, fax, computador e tecnologias de todos os tipos.

Em outubro, vote digital! **B2B**



Cid Torquato é advogado e diretor-executivo da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico
cid.torquato@camara-e.net